



RELATÓRIO ANUAL

2003

Programa: Redução da Pobreza Absoluta na Zona Norte

Com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos

1. ANTECEDENTES

Entre o Cruzeiro do Sul e o Reino dos Países Baixos foi celebrado um contrato com base num Programa de Pesquisa sobre a Redução da Pobreza Absoluta com a duração de cinco (2002 – 2006).

Este Programa incide nas estratégias e planos para a redução da pobreza absoluta no Norte de Moçambique. O Programa integra um sistema complementar de recolha e análise de informação para Monitoria e Avaliação dos Impactos do PARPA; a capacitação de pesquisadores, técnicos especializados e outros na implementação do sistema de informação e na condução de actividades de pesquisa independente; e ainda num conjunto de actividades que conduzam a disponibilização de capital ao sector produtivo no quadro da redução da pobreza e da promoção do desenvolvimento.

O PARPA foi desenhado de acordo com o enquadramento conceptual defendido pelo Banco Mundial com o objectivo de aliviar a pobreza, cabendo ao Governo o papel de garantir a construção e manutenção de infra-estruturas, desenvolver sistemas de formação e educação a todos os níveis, assegurar através da governação o funcionamento em pleno das forças de mercado e criar e aplicar o quadro legal necessário.

A Província constitui o nível importante da operacionalidade da concretização dos objectivos do PARPA. É necessário que as instituições locais surjam como parceiros na implementação do PARPA. É necessário também que a questão da operacionalidade seja adicionada à eficiência das instituições locais em que se baseia o PARPA na canalização dos recursos e na prestação de serviços para que a pobreza possa ser reduzida.

2. OBJECTIVOS DE 2003

De acordo com o Plano de Actividades elaborado para o ano 2003 foram seguintes os objectivos:

2.1. Na área de Monitoria e Avaliação

2.1.1 Identificar indicadores de monitoria do Sector Privado e da Sociedade Civil a serem aplicados nos distritos e fazer a avaliação experimental e análise dos dados

2.1.2 Elaborar um novo inquérito que reúna os elementos necessários para o reconhecimento da situação sócio-económica local com os reallacionados com a monitoria e avaliação do PARPA, seguido da sua aplicação nas províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado com a respectiva restituição dos resultados através de seminários provinciais.

2.1.3 Promover a interacção entre a Unidade de Coordenação de Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN) e as organizações da sociedade civil e demais parceiros para a redução da pobreza.

2.2. Na área da Promoção da Investigação

2.2.1 Elaborar o Regulamento do Fundo Aberto de Investigação

2.2.2 Criar o Conselho Consultivo ou de Referência Científica

2.2.3 Seleccionar os beneficiários das bolsas de estudo através da análise dos protocolos de investigação, fazer a supervisão individual dos estudantes e promover seminários e debates especializados.

3. ACTIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante o ano 2003 o Cruzeiro do Sul realizou as seguintes actividades programadas, para além disso, a equipa conseguiu desenvolver algumas outras acções que mais abaixo são referidas:

3.1 NA ÁREA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

3.1.1 Indicadores seleccionados

A equipa de investigação do Cruzeiro do Sul trabalhou a partir do mês de Junho até Outubro na selecção dos indicadores com o objectivo de elaborar um novo inquérito para a Monitoria e Avaliação da Pobreza (M&A).

A metodologia adoptada consistiu na comparação dos indicadores do PARPA, Governo 2002, UNDP, World Bank, Fórum Social e do Cruzeiro do Sul. Na província de Nampula, em conjunto com o CEPKA, teve lugar um programa de formação na área da monitoria e avaliação da pobreza, como consta do relatório semestral entregue à Embaixada.

Na sequência deste curso foram dinamizados encontros em todos os distritos de Nampula, que tinham por objectivo, entre outros, a identificação de indicadores da pobreza ue reflectissem a opinião do cidadão comum e das instituições da Sociedade Civil ao nível local. Não se pretendia ter um conjunto de indicadores que substituíssem os que anteriormente foram indicados pelo Governo, mas sim indicadores da opinião do cidadão e de apreciação sobre os impactos do PARPA ao nível familiar.

Com base nessa experiência e derivado do facto do Cruzeiro do Sul ser membro do Observatório da Pobreza, rapidamente se passou do nível provincial para o nível nacional em matéria de Monitoria e avaliação da Pobreza.

Os indicadores identificados foram os seguintes:

- Eventos em que a Sociedade Civil participou para a monitoria e avaliação da pobreza
- Percepção da pobreza, representação subjectiva da pobreza incluindo elementos sobre as necessidades vitais e sobre as disparidades estruturais
- Suficiência de alimentos e de água
- Sobrecarga de trabalho da família
- Escolarização e razão da não escolarização dos filhos
- Segurança de posse dos bens imóveis e demais activos
- Textura das instituições que lidam com as relações de trabalho
- Textura do tecido institucional
- Participação da mulher nas tomadas de decisões sobre o investimento familiar

- Abrangência e aplicação da poupança
- Abrangência dos sistemas de crédito formal e informal
- Possibilidade de guerra e de instabilidade grave
- Vias para a resolução de problemas sociais graves
- Abrangência da participação do cidadão ao nível local
- Abrangência da participação da empresa na relação com o cidadão
- Percepção sobre melhorias relativas
- Nível de consciência participativa na redução da pobreza

Depois da identificação dos indicadores foram elaborados os inquéritos (em anexo) cujos resultados deverão figurar no Relatório Anual da Pobreza.

3.1.2 Relatório Anual da Pobreza

O relatório anual da pobreza surge como iniciativa dos representantes da sociedade civil com assento no Conselho de Opinião do Observatório da pobreza. A Constituição do Observatório da Pobreza em Moçambique surge na sequência da adopção do HIPC 2.

Em resposta ao movimento internacional para o cancelamento da dívida externa dos países mais pobres do mundo, em 1996 o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional lançaram a iniciativa HIPC que tinha como objectivo o perdão de parte da dívida destes países. A esta iniciativa juntaram-se outros membros da comunidade doadora e a dívida externa de Moçambique baixou de 5,6 biliões para 750 milhões de dólares americanos. A condição para o alívio da dívida, era haver um programa nacional orientado para a redução da pobreza.

Foi neste contexto que o Governo de Moçambique elaborou o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA). Na sequência do PARPA algumas organizações da Sociedade Civil propuseram que fosse constituído o Observatório da Pobreza que teria por objectivo a interacção entre a sociedade civil e o governo para a redução da pobreza. O governo institucionalizou o Observatório da Pobreza tendo definido como objectivo geral criar as condições para a realização de um efectivo processo de consultas aos parceiros na luta contra a pobreza. No Observatório da Pobreza existe um Conselho de Opinião com 60 membros, sendo 20 reservados ao Governo, 20 a membros da Comunidade Internacional e os restantes 20 aos representantes de Organizações da Sociedade Civil.

A selecção de quem representaria a Sociedade Civil coube a ela mesma em coordenação com o Governo, tendo sido identificados:

- 4 Confissões Religiosas (Conferência Episcopal, Conselho Islâmico de Moçambique, Conselho Cristão de Moçambique e Movimento Islâmico de Moçambique);
- 2 Centrais Sindicais (OTM-CS e CONSILMO);
- 3 Associações do Sector Privado (Associação Comercial, Associação Industrial e a Confederação das Associações Económicas);
- 6 Redes de Organizações (União Nacional dos Camponeses, Grupo Moçambicano da Dívida, Link, Teia, Fórum Mulher e Fórum Terra);
- 4 ONGs Especializadas (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Kulima, Organização Rural de Ajuda Mútua, Kindlimuka)
- 1 Associação Científica (Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para Desenvolvimento).

Este conjunto de organizações, o Grupo dos 20 (G20), achou que o Observatório da Pobreza só cumpriria a sua função se o processo de interacção fosse o mais participativo possível.

Como forma de garantir a participação dos cidadãos decidiu-se elaborar um Relatório Anual da Pobreza a partir de um inquérito que cubra o maior número possível de cidadãos e de um outro para as instituições.

As perguntas do inquérito foram objecto de discussões amplas e de reflexão pelo G20. Houve a preocupação de não se recolher informação que o Governo e as várias organizações internacionais já estão a recolher, mas sim de cobrir os aspectos de ordem qualitativa que possam enriquecer a análise do Observatório da Pobreza.

Os inquéritos estão a ser aplicados pelas várias organizações da Sociedade Civil que se encontram espalhadas por todo o país. O Cruzeiro do Sul ficou responsável pela coordenação da aplicação dos inquéritos nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. A aplicação dos inquéritos é feita pelos próprios membros das organizações, os crentes das confissões religiosas, os trabalhadores dos vários sindicatos, os empresários membros das associações e cidadãos comuns. Os inquéritos são acompanhados dum guião que contém as instruções para o preenchimento.

Os dados recolhidos serão analisados em seminários provinciais e num seminário nacional que terão como objectivo a identificação de sugestões concretas a incorporar no relatório anual da pobreza de acordo com os indicadores seleccionados.

O relatório anual tem como objectivos:

- Identificar a evolução das percepções sobre a pobreza em Moçambique de acordo com as várias regiões, os grupos sociais, as actividades profissionais, e as características dos indivíduos;
- Avaliar o impacto das acções, actividades ou projectos de redução da pobreza no local de residência;
- Verificar a evolução do aumento e distribuição da riqueza de acordo com indicadores orientados para os interesses dos cidadãos e das relações sociais que lhes estão subjacentes.
- Estabelecer um diálogo aberto entre os cidadãos e os actores do desenvolvimento nacional sobre o que é a pobreza e como combater as causas da pobreza.

Concluído o relatório será apresentado pelo G20 ao Observatório da Pobreza, depois distribuídas cópias por todas as organizações, com o propósito de promoverem a implementação das recomendações nele contidas. O relatório anual da pobreza foi realizado sobre o mote redução da pobreza, combate às causas da pobreza e distribuição justa e sustentável da riqueza nacional.

3.1.3 Colaboração Local

De acordo com o terceiro objectivo específico o Cruzeiro do Sul deveria promover a interacção entre a UCODIN, as organizações da sociedade civil e demais parceiros para a redução da pobreza.

Durante o ano 2003 a UCODIN foi afectada com a saída do Dr Castro Sanfins por este se ter candidatado a Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Nampula. Todavia tiveram lugar várias actividades no âmbito do Plano Estratégico de Nampula e para a construção de

um sistema provincial de monitoria e avaliação da pobreza que contou não só com a UCODIN, mas também com outras iniciativas que são suportadas pelo Reino dos Países Baixos.

CEPKA/ UCODIN

No âmbito da parceria entre o Cruzeiro do Sul e o Centro de Estudo e Pesquisa Konrad Adnauer (CEPKA) foi realizado em Nampula, um curso de formadores para a construção de um Sistema de Monitoria e Avaliação da Pobreza.

O curso contou com a participação dos representantes das Organizações da Sociedade Civil, ONGs, Governo e a UCODIN. Frequentaram o curso 15 organizações, que apesar de tudo cobriam os 18 Distritos e 5 Municípios da Província. Algumas ONGs que não puderam estar presentes altura da realização do curso solicitaram ao CEPKA a reposição do curso para poderem participar no trabalho dos Distritos.

O objectivo do curso era a capacitação dos representantes das diferentes instituições que operam em todos os Distritos em:

- 1 Saber formular os conceitos de Monitoria e Avaliação (M&A) da Pobreza;
- 2 Saber identificar os actores, os níveis e os tipos de informação e decisões a tomar na M&A;
- 3 Saber seleccionar as áreas e indicadores mais apropriados;
- 4 Conhecer e saber seleccionar os métodos e técnicas de M&A e recolha de informação;
- 5 Participar na construção de um Sistema de M&A da Pobreza para a Província de Nampula.

O Curso foi dividido em dois módulos. O Módulo I reservado a parte teórica e informação sobre o sistema de M&A da Pobreza e o Módulo II reservado à parte prática que consistiu num exercício prático que facilitasse a construção do Sistema. Foi distribuído o “Manual de Monitoria e Avaliação da Pobreza” a todos participantes.

A metodologia usada foi participativa, com ampla discussão para esclarecimento dos conceitos. Os participantes foram organizados em grupos. As sessões de trabalho foram orientadas pelos membros do Cruzeiro do Sul.

O curso permitiu por parte dos diferentes intervenientes o reconhecimento da necessidade de perspectivar a questão da pobreza sob uma visão multidimensional e interactiva com destaque para o ponto de vista dos pobres, que tem os seus próprios parâmetros para avaliar se há ou não redução da pobreza.

No fim do curso, foi constituído um Núcleo, supervisionado pelo CEPKA, que propôs um Manual de apoio para a Monitoria e Avaliação a ser utilizado pelos formadores que irão fazer a formação dos núcleos nos Distritos.

Para a operacionalização do processo de formação e implementação da M&A da pobreza a nível dos Distritos, garantia da continuidade das acções de acompanhamento das actividades com vista a redução da pobreza o CEPKA formou e reciclou as seguintes instituições: Fórum Terra, Kulima, Concern, ADOC, Salama, Olipa-Odes, CCM, UCODIN

Estas instituições da sociedade civil ficaram responsáveis por capacitar os conselhos consultivos dos Distritos formar os Núcleos Distritais de M&A da Pobreza. Os Núcleos Distritais formados são compostos por agentes económicos formais e informais com uma média de 20 pessoas. Houve uma contribuição importante dos Núcleos Distritais para a selecção dos indicadores a utilizar no inquérito da pobreza.

Os Distritos de Ribawé, Malema, Monapo, Mossuril, Ilha de Moçambique, Lalaua, Murrupula, Mogovolas, Moma, Angoche, Mogincual, Nacala-à-Velha, Erati, Mecuburi, Nampula-Rapale e Nacarôa já têm os seus respectivos Núcleos formados. Estão por formar os Núcleos dos Distritos de Memba, Nacala-Porto, Muecate e Meconta.

O Cruzeiro do Sul em parceria com o CEPKA, estiveram durante os meses de Dezembro a Fevereiro, envolvidos na aplicação e recolha dos inquéritos para o Relatório Anual do Observatório da Pobreza na zona Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula).

Foram também realizadas actividades conjuntas Cruzeiro do Sul/CEPKA/UCODIN tais como: o balanço das actividades realizadas no quadro da implementação do Plano Estratégico Provincial (PEP); o desenho da proposta de institucionalização da UCODIN e do quadro orgânico para o seu funcionamento; a planificação conjunta das actividades previstas para o presente ano de 2004; e a participação do no Conselho Consultivo.

NISOMÉ / Fundo de Bolsas de Estudo para a Província de Nampula

Trata-se dum Projecto de grande impacto na província de Nampula, com uma boa capacidade de gestão que funcionou com uma estrutura simples mas eficaz durante cinco anos (1999-2004), no âmbito dum Acordo estabelecido entre a Universidade Pedagógica e o Reino dos Países Baixos, entidade financiadora.

O Projecto funcionou nas instalações da Universidade Pedagógica e esteve formalmente dependente do seu Director em Nampula. Contudo, pela sua natureza agia com uma certa autonomia visto que a Direcção executiva dependia duma Comissão Coordenadora e do Comité de selecção.

Os critérios definidos para atribuição de bolsas foram rigorosamente cumpridos, privilegiando os estudantes vindos dos distritos, filhos de famílias rurais e urbanas de mais baixos rendimentos económicos e estabelecendo um equilíbrio na selecção entre os rapazes e as raparigas. Este serviço abrangeu 561 bolseiros de vários níveis, tendo alguns perdido a bolsa (125) por não cumprimento dos critérios e outros terminado os seus estudos (92). Actualmente existem ainda 310 bolseiros, sendo 57 do nível básico e 169 do nível superior. Estes bolseiros devem terminar os seus cursos fundamentalmente em 2005 e 2006, prolongando-se alguns até 2008.

Por esse motivo foi recomendado pela avaliação que este serviço, dada a importância que têm para o desenvolvimento da Província e para a redução dos desequilíbrios regionais, deveria continuar o ser financiado. Essa é também a opinião dos beneficiários, dos membros da Comissão Coordenadora e do Governo de Nampula e do Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia (MESCT).

Foi ainda dito que este serviço deverá ser uma Estrutura Autónoma, Fundo Provincial ou Regional de Bolsas, articulada com as Universidades de Nampula, com a Sociedade Civil e o Sector Privado para facilitar a integração e o emprego dos graduados em Nampula, mas provavelmente dependente do MESCT, estrutura central que coordena a política de bolsas do nível superior.

Levantamento Sócio-Económico dos Distritos de Moma, Angoche, Mogincual e Mogovolas (Fase II)

O Cruzeiro do Sul, realizou em 2000, a pedido do Programa MAMM/UDC, um levantamento sócio-económico de base nos Distritos onde o programa actua, Moma, Angoche, Mogovolas e Mogincual.

O relatório (em anexo) foi baseado no modelo teórico do Cruzeiro do Sul, o que permitiu alcançar uma maior clareza sobre a situação das comunidades rurais na micro-região MAMM.

O objectivo geral deste estudo de seguimento era de: “focando na interpretação dos dados recolhidos, alcançar uma maior clareza sobre a situação das comunidades rurais na micro-região MAMM, tomando em consideração as (possíveis) alterações resultantes da existência de “novas formas associativas, particularmente, as Comissões de Desenvolvimento Local (CDLs)”.

O relatório foi dividido em duas partes. Na primeira foi feita uma comparação analítica entre o levantamento de 2000 e o de 2003, para determinar o percurso do desenvolvimento sócio-económico na micro-região MAMM, ou seja, um estudo diacrónico. Na segunda uma análise sincrónica do papel das CDLs, partindo de um modelo analítico para o efeito desenhado, dividiu-se a amostra em duas categorias, comunidades com as CDLs e comunidades sem as CDLs. Primeiro caracterizaram-se as CDLs enquanto instituições e depois procurou-se compreender até que ponto estas formas de organização contribuem ou não para o desenvolvimento sócio-económico das comunidades e qual a sua sustentabilidade.

A metodologia utilizada para o trabalho de campo foi igual a do ano 2000, mas com pequenas alterações a pedido do Programa MAMM que consistiam numa análise diferenciada às comunidades onde já haviam sido implantadas as CDLs, com entrevistas directas aos chefes de família residentes em aldeias seleccionadas.

Do estudo realizado foram constatados vários aspectos dos quais se destacam os seguintes:

- Maior número de pessoas têm a percepção que as condições de vida são melhores que no ano anterior.
- A taxa de escolarização aumentou, mas a diferença entre a taxa de escolarização feminina e a taxa de escolarização masculina agravou-se.
- Uma melhoria no abastecimento de água às populações, tanto em quantidade como em qualidade. As percepções sobre a quantidade e qualidade da água nas aldeias com CDL são mais positivas.
- O número de pessoas que utilizam “outras” fontes de iluminação aumentou.

- O número total das famílias sem terra (sem machamba) diminuiu. O número médio de talhões cultivados por família também diminuiu. Mais famílias tiveram acesso à terra de acordo com os direitos consuetudinários (acesso via herança ou via Autoridades Tradicionais)
- Comparativamente a 2000, há um número menor de famílias envolvidas em actividades não agrícolas de geração de renda (excluindo o emprego formal). Nas aldeias com CDL o recurso a tais actividades é mais frequente.
- A percentagem de famílias que comercializam produtos agrícolas continua baixa. Os produtos cuja comercialização aumentou foram o milho, o amendoim e outras culturas. A comercialização dos produtos industriais baixou. A comercialização da produção agrícola continua tendo um carácter marginal nos rendimentos familiares.
- A contribuição da agricultura para o rendimento bruto baixou; Além desta diferença verificaram-se outras mudanças nas contribuições das diferentes fontes de rendimento familiar. O cajú subiu na sua importância, a criação de animais também subiu enquanto que as outras fontes de renda não agrícolas baixaram.
- O fosso entre os mais pobres e os mais ricos (menos pobres) se está a agravar, pois se encontrou um maior número de pessoas vivendo com menos dinheiro e com uma média de rendimento menor que em 2000 e que o grupo acima de uma renda percapita diária acima dos US\$ 0.5 também aumentou e registou um rendimento médio maior que no ano anterior (2000).
- Em 2000 dos quatro distritos em análise, foi no distrito de Angoche onde se verificou uma maior interpelação pelo Estado, em 2003 a intervenção do Estado foi mais equilibrada onde os 4 distritos apresentam percentagens semelhantes de famílias interpeladas pelo Estado.
- Em 2000 constatou-se que a interpelação pelo Estado relacionou-se com conflitos sociais em primeiro lugar, comícios políticos e visitas. Em 2003, as razões principais de interpelação alteraram-se onde na maioria dos casos foi para trabalho comunitário seguido de conflitos sociais. A interpelação do estado para trabalho comunitário foi ainda maior nas comunidades com CDLs.
- Na zona em análise continua existindo uma forte tendência para as pessoas se associarem. Porém a percentagem de famílias pertencentes a associações políticas baixou.
- A preferência para as Autoridades Tradicionais na resolução de conflitos manteve-se em todos os distritos, excepto Angoche, onde as famílias recorrem mais às Autoridades Administrativas. Mogovolas e Mogincual continuam, no geral, dando maior preferência às Autoridades Tradicionais. Não existe grande diferença entre as comunidades com CDL e as sem CDL.

Foram feitas, no referido estudo, algumas recomendações:

- Visto que as meninas têm um custo de oportunidade do tempo de trabalho doméstico maior em relação ao do rapaz importa encontrar métodos e períodos de educação formal que sejam compatíveis com as necessidades em trabalho das famílias rurais para as lides domésticas, como por exemplo, calendários e horários escolares diferenciados para antes e depois do *breakeven point*.
- A lenha continua sendo o combustível mais usado para cozinhar em todos os distritos com e sem CDL com mais de 97% da amostra geral usando este combustível resultando na diminuição de quantidade de tempo de trabalho disponível na família. Existem três abordagens alternativas distintas mas complementares para esta questão: (i) diminuição das distâncias relativas para a recolção; (ii) diminuição do consumo; (iii) substituição das fontes de combustível doméstico. Na primeira vertente contam-se, entre outros, utilização de

transporte comum e construção de armazéns comunitários de combustíveis. Na segunda vertente há uma série de projectos relacionados com a construção de fogões melhorados e disponibilização de fósforos e petróleo em quantidade para se evitar o fenómeno da “fogueira sempre acesa”. Na terceira vertente, conta-se o uso da energia solar, a introdução do gás doméstico, a produção de carvão de aparas e, nas zonas periurbanas, a distribuição de fogões eléctricos de baixo custo e baixo consumo. A nosso ver a questão dos combustíveis mais usados é uma prioridade que deveria ser abordada pelo programa MAMM.

- As FCM têm em média menos 21% da área relativa (de machambas) do que a média da amostra da região em estudo. Sendo assim, eventuais programas orientados para a adopção de inovações que tenham efeitos imediatos na redução do tempo de trabalho a serem desenvolvidos na micro-região deverão ser orientados para as FCM.
- A diversificação das fontes de rendimento na região diminuiu. Seria importante verificar-se qual a razão desta diminuição e estabelecer-se um programa orientado para a reversão desta tendência.
- A criação de animais domésticos é bastante baixa na região. Seria de se pensar na adopção de um programa orientado para o fomento da criação animal com vista ao futuro processamento dos produtos derivados. A experiência do Cruzeiro do Sul com o Projecto Iniciativa de Manica, demonstra que a criação animal constitui uma base efectiva para o lançamento das parcerias entre os sectores familiar e privado com as vantagens daí resultantes.
- A comercialização da produção agrícola continua tendo um carácter marginal, O apoio que um programa da natureza do MAMM pode dar neste domínio deve ser orientado para as culturas cuja procura pelo mercado esteja assegurada, quer pela facilidade de acesso aos mercados quer pela garantia que o agro-processamento oferece. Desde a melhoria da qualidade, passando pela questão da produtividade e cuidados no pós-colheita até à diminuição dos custos de transporte e de transacção são acções que, embora paulatinamente, têm efeitos a longo prazo.
- Eventuais sistemas de micro-crédito existentes na região deveriam ter em consideração a regularidade das remessas como forma de colateral para os créditos pedidos, esta é uma prática comum em Cabo Verde, por exemplo, onde os riscos do crédito informal são cobertos pela garantia de captação das remessas pelo sistema financeiro formal.
- Não surgiram nem se identificaram nenhum tipo de problemas relacionados com a aplicação do Decreto 15/2000 e o reconhecimento pelo Estado das chamadas Autoridades Comunitárias. Todavia, a aplicação desse Decreto, em conjunto com a Lei dos Órgãos Locais num futuro próximo, poderá constituir motivo para alguma instabilidade institucional, devendo o programa preparar as CDLs para a encarar.

Mercado Rural de Terras

O Cruzeiro de Sul efectuou o projecto de investigação sobre as dinâmicas do mercado rural de terras em Moçambique no período de Setembro de 2002 a Dezembro de 2003.

O estudo foi realizado na Províncias de Maputo e Nampula. Os pontos de amostragem seleccionados foram os Distritos de Angoche, Boane, Magude e Mogovolas.

A pesquisa tinha os seguintes objectivos:

1 Identificar a dinâmica do mercado de terras no meio rural, em função da localização, do tipo de uso, da finalidade, do sistema, da distância ao mercado, da forma transferência, e da

dimensão da área, do género do chefe de família, das fontes de rendimento, da religião, do nível de educação, do tamanho da família e do local de nascimento.

2 Saber qual o valor de mercado da terra nomeadamente: preço de reserva, preço de oferta e os custos de transacção.

3 Lançar as bases para a instituição de um sistema de recolha de informação sobre o mercado da terra no contexto da unidade produtiva familiar.

4 Promover um debate esclarecido sobre a problemática do mercado rural de terras em Moçambique.

5 Elaborar um conjunto de recomendações sobre a regulamentação do mercado de terras em Moçambique com particular enfoque para o meio rural.

Do estudo feito destacam-se as seguintes conclusões:

- Que a dinâmica do mercado de terras se concretiza num contexto de interacções entre actores cujo direitos sobre a terra estão **sujeitos a registo (SR)** bem como entre aqueles cujos direitos **não estão sujeitos a registo (NSR)**.
- Que no mercado SR se verifica um avultado défice de equidade distributiva, estando o Índice de Gini em 0,72 no ano 2003 e mostrando uma tendência acentuada de crescimento nos últimos três anos. Esta concentração de terras rurais está sendo feita em torno de elites urbanas e funcionários públicos, registando-se casos de recurso a esquemas de corrupção.
- Nota-se uma estagnação do mercado financeiro uma vez que a terra não é aceite como garantia para crédito em instituições bancárias nacionais, alegando o fraco desempenho das unidades produtivas rurais e o elevado grau de riscos do investimento agrícola.
- O mercado de emprego ao invés de expandir com a criação de novos postos de trabalho, limita-se à contratação sazonal de mão-de-obra, onde raras vezes, os ordenados pagos são abaixo dos salários mínimos estipulados para o sector.
- Que no mercado NSR ou informal existe uma convertibilidade imperfeita na terra para a produção de alimentos ou relacionada com a segurança alimentar.
- O acesso a terra é determinado por duas razões as ocasionais e as sistemáticas, o que equivale dizer que motivos sociais como o casamento induzem os nativos a procurar terra para fins habitacionais assim como para a habitação, a segunda razão para a procura da terra é motivada efectuada por imigrantes com objectivos de produzir com fins comerciais são os casos do regadio entre outros.
- Regista-se ainda um considerável aumento de eficiência alocativa da terra na medida em que não se encontram práticas nocivas como o açambarcamento e a especulação.
- Existência de formas de arrendamento não monetarizadas com ênfase para os empréstimos que abarcam redes de obrigações sociais e uma lógica distributiva baseada no equilíbrio social.
- Nota-se uma propensão para o aumento da disponibilidade de crédito em espécie e com certa frequência em numerário.
- O mercado de emprego expande-se com tendência para o recrutamento do trabalho por tarefa diária pago em numerário.

Em resumo, o mercado informal de terras não está distorcido e a sua dinâmica conduz a um uso mais eficiente do recurso, tem correlações positivas com o mercado financeiro e de emprego e está fortemente interrelacionado com as redes de obrigações sociais, e por isso tem altos índices de sustentabilidade sócio-cultural, as mudanças nele operadas tem fortes elementos endógenos e incorpora a médio e longo prazo traços de inovação do que cenários de anarquia.

A evidência empírica baseada nos dados recolhidos mostra que o mercado formal apresenta uma configuração imperfeita, que conduz por si a monopolização da terra por parte das elites urbanas, que pouco investem para o aumento da produtividade no sector agrícola e pautam por formas e esquemas de corrupção para garantir o acesso a terra.

Existem dois estudos paralelos, um na área legal com o objectivo de encontrar subsídios jurídicos que justifiquem a regulação do mercado de terras em Moçambique cujo produto final é a emissão de uma proposta de decreto de lei. O outro estudo foi a construção de um modelo de gestão e alocação da terra, já concluído, cujo objectivo é de servir como mecanismo ao alcance de todos os intervenientes do processo de desenvolvimento ligado a terra o que irá de certa forma possibilitar a parceria do Estado, sector privado e familiar.

3.2. NA ÁREA DA PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

3.2.1. Conselho Consultivo ou de Referência Científica

O Artigo Vigésimo dos estatutos do Cruzeiro do Sul prevê a criação do conselho de referência científica constituído por cinco a dez elementos, membros ou não da instituição e presidido por um deles.

De acordo com o acima referido, na última sessão da Assembleia Geral do Cruzeiro do Sul, realizada em Dezembro de 2003 foram propostos e aprovados por unanimidade os dez elementos que irão fazer parte do Conselho Consultivo ou de Referência Científica desta instituição nomeadamente: Prof. Dr Álvaro Carmo Vaz, Dr^a Graça Machel, Prof^a Dr^a Lídia Brito, Arqt^o José Forjaz, Dr Teodato Hunguana, Arqt^o Júlio Carrilho, Dr Mário Machungo, Prof Dr Luís de Brito, Prof^a Dr^a Luísa Santos e Dr Bento Siteo.

Para o efeito foram enviados convites estando-se a aguardar pelas respostas.

3.2.2. Bolsas

O Cruzeiro do Sul, em 2003, atribuiu quatro bolsas de estudo, sendo duas ao nível do Mestrado e duas ao nível de Doutoramento. Os estudantes que se beneficiaram das bolsas já realizaram os seus respectivos trabalhos de campo para a recolha de informação para posterior elaboração das teses. Dos trabalhos realizados foram apresentados os seguintes resumos:

Tema 1- Environmental Effects of the Establishment of Great Limpopo Transfrontier Park (Título Provisório)

De: Camilo Nhancale

Nível: Mestrado

O objectivo principal do trabalho de campo era: i) fazer uma pesquisa um trabalho exploratório, para uma percepção da realidade no terreno quanto aos efeitos ambientais do estabelecimento do Parque Nacional do Limpopo (PNL) e compreender como é que as

comunidades estão envolvidas no estabelecimento e manejo do Parque; ii) fazer a testagem do inquérito quantitativo e qualitativo, junto às comunidades; iii) manter contactos com as partes envolvidas no estabelecimento e gestão do PNL; e iv) determinar o tamanho da amostra.

De acordo com o estudante os objectivos do trabalho exploratório de campo foram em grande parte atingidos. Contudo não foi possível a apresentação dos resultados dos inquéritos porque os dados recolhidos não tinham sido analisados.

Tema 2 – Política Agrária, a Família Rural e Formas de Organização do Espaço Agrária na Área do Perímetro Irrigado do Vale do Limpopo – Chokwé (Título Provisório)

De: Cláudio Mungoi
Nível: Mestrado

O trabalho de campo tinha como objectivo: i) avaliar as questões relacionadas com os procedimentos no processo de distribuição da terra na área do perímetro irrigado do Vale do Limpopo; ii) impacto das políticas do Estado referentes ao fomento da produção agrícola familiar; iii) Analisar articulação entre o Estado, sector familiar, sector privado e outros, no quadro da estrutura territorial de produção agrícola.

Do trabalho realizado foram constatados os seguintes aspectos:

- A terra, antes da instalação do Sistema de Regadio em 1954, havia um sistema de ocupação “indígena” sem recursos a meios externos às condições naturais, abundância de terra, uma fraca densidade populacional e uma ocupação livre onde as autoridades tradicionais, detinham o poder e controle do território.
- Com o Sistema de Regadio instalado, a administração colonial assumiu o controle absoluto da distribuição de terras na área do perímetro irrigado.
- Com a independência o processo de distribuição de terras passou para a jurisdição exclusiva do Estado.

Em relação aos pequenos produtores e as associações de camponeses constatou-se que as várias políticas de intervenção do Estado de apoio a este sector foi ou é quase nula. Não existe uma política clara de crédito para obtenção dos meios de produção, insumos agrícolas e criação de agro-indústrias

Sobre a articulação entre o Estado, sector familiar, sector privado e outros constatou-se que, a nível do distrito de Chokwé, junto às famílias e associações de camponeses que não se sente a intervenção do Estado nas suas actividades na em que as agendas e objectivos são diferentes.

No diz respeito às entidades governamentais estas citam exemplos de intervenções políticas que estão sendo implementadas. São citados como exemplo, as políticas de extensão, a reabilitação e acesso dos camponeses ao Sistema de Regadio, o PROAGRI, o micro-crédito ou crédito bonificado.

O sector privado está actualmente vivendo uma situação de crise, umas empresas estão na falência, outras tiveram que mudar de culturas em função do mercado, embora alguns tenham

acesso ao crédito, a grande preocupação é a garantia em tempo útil de retorno do crédito concedido.

Para este trabalho foram usadas como metodologia as entrevistas em grupo e individuais semi estruturadas e a observação directa.

Tema 3 – Transformação na Relações de Género na Família e na Comunidade em Nampula nos últimos 50 anos

De: Isabel Maria Casimiro

Nível: Doutoramento

Actividades realizadas em 2003

- Reelaboração do argumento da tese e discussão com o co-orientador
- Análise dos dados dos Levantamentos Sócio-Económicos
- Continuação da recolha e estudo de bibliografia existente sobre a temática da matrilinearidade em África e noutras partes do mundo, bem como sobre a epistemologia feminista
- Definição da Área Espacial de Estudo na província de Nampula – distrito de Angoche, Aldeia de Mirrepe no Posto Administrativo de Aúbe
- Discussão e elaboração dos instrumentos de análise para a investigação – elaboração das matrizes e dos tópicos para as entrevistas
- Encontro com trabalhadores da Direcção Provincial do Plano e Finanças de Nampula para falar sobre o Programa “Planificação e Financiamento Descentralizado nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado”, o qual abrange o distrito de Angoche e a experiência das Comissões de Desenvolvimento Local (CDL’s) da SNV, Organização Holandesa para o Desenvolvimento
- Encontro com o Gestor do Programa MAMM – Programa de descentralização e planificação a nível local, nos distritos de Moma, Angoche, Mogovolas, Moginculal – e com os Agentes de Desenvolvimento Local (ADL’s), em especial o que trabalha com o Posto Administrativo de Aúbe
- Primeira fase do trabalho de campo nos meses de Maio e Junho, numa área rural, Aldeia de Mirrepe, – Encontros com responsáveis Distritais e da Aldeia para preparar o estudo
- Realização de histórias de vida aos principais chefes tradicionais da Aldeia de Mirrepe
- Discussão dos resultados com o co-orientador e com o orientador em Agosto – decisão de realização de trabalho de campo não apenas numa área rural, mas também numa urbana, Bairro Puli na cidade de Angoche
- Definição dos Grupos Alvo da pesquisa – Famílias Chefiadas por Homens; Famílias Chefiadas por Mulheres; Líderes Tradicionais; Líderes Religiosos; Líderes de Tipo Novo; Outros; preparação do conteúdo das entrevistas
- Segunda fase do trabalho de campo nos meses de Agosto/Setembro/Outubro numa área rural – aldeia de Mirrepe, no Posto Administrativo de Aúbe – e numa área urbana – Bairro Puli, na cidade de Angoche
- Realização de 80 entrevistas estruturadas (40 para a área urbana e 40 para a área rural), tendo em conta os grupos alvo definidos; realização de 6 histórias de vida - 4 Chefes Tradicionais “Mwene” na Aldeia de Mirrepe (histórias de vida iniciadas na 1ª fase do estudo); 1 Régulo do Bairro Puli, Angoche; 1 membro da família “Inhapako”, na cidade de

Angoche; e 6 entrevistas temáticas – 1 Director de Escola Primária no Bairro Central; 1 professor de Escola Secundária; 1 Director da Escola Secundária Munazzamat Al Dawa Al Issilamy, Bairro Central; 1 Freira Católica da Missão de Matalane; 2 Conselheiras dos Ritos de Iniciação Femininos, do Bairro Puli, todas na cidade de Angoche

- Encontros com: Administrador do Distrito de Angoche; Presidente do Conselho Municipal da cidade de Angoche; Vereador da Administração; Técnica de Planeamento Físico dos Serviços Urbanos de Angoche; membros do Núcleo Regional de Planificação da Região MAMM
- Estudo dos documentos referentes ao Plano de Estrutura da cidade de Angoche
- Recolha de informação referente aos Administradores do Distrito de Angoche entre os anos 1950-2003
- Transcrição das entrevistas e das histórias de vida – meses de Novembro e Dezembro
- Análise dos dados – cruzamento dos dados numa folha Excel elaborada para o efeito – em processo
- Elaboração do rascunho de 2 capítulos da tese de doutoramento, de acordo com o Plano de 2003 - em processo.

Em Agosto de 2003 foi atribuída a Israel Jacob Mussuanganhe a bolsa de estudo por quatro semestres consecutivos, ficando este sujeito a submeter ao Cruzeiro do Sul o relatório das suas actividades e prestação de contas das despesas efectuadas no final de cada semestre. O desembolso do valor atribuído para cada semestre é feito mediante um pedido por escrito. Israel Mussuanganhe fez a sua prestação de contas dos gastos referentes ao primeiro semestre de 2003. Por não ter apresentado o relatório das actividades do primeiro semestre ainda não lhe foi desembolsado o valor para o segundo semestre. Quanto ao relatório foi lhe solicitado por escrito que o enviasse e que tinha que ser um documento oficial da Universidade de Free State (África do Sul) sobre a qualificação obtida.

Em relação a proposta de Tese de Doutoramento apresentada pela Yolanda Arcelina Barbosa em 2002 para pedido de bolsas, a mesma não chegou a ser atribuída uma vez que ela desistiu.

3.2.3. Regulamento da Bolsas

O Cruzeiro do sul possui um Fundo Aberto de Investigação. São concedidas bolsas de estudo para os níveis de Mestrado e Doutoramento. As bolsas de estudo do Cruzeiro do Sul são compostas pelas seguintes rubricas: Pagamento de encargos com a Universidade; material de escritório; transporte relacionado com a pesquisa; bibliografia e outros afins; e imprevistos.

Para obtenção deste fundo, os candidatos, deverão comprometer-se a: Apresentar os recibos originais de todas as despesas efectuadas, excepto as referentes aos gastos realizados com os per diems; apresentar um relatório semestral sucinto do desenrolar das suas actividades; apresentar um relatório financeiro semestral como condição para o desembolso seguinte; e participar nos seminários do Cruzeiro do Sul que para tal for convidado.

Toda a bibliografia que vier a ser adquirida é propriedade do Cruzeiro do Sul, devendo ser registada na biblioteca e requisitada sempre que a quiser consultar.

O cruzeiro do Sul reserva-se ao direito de suspender, temporária ou definitivamente, a bolsa de estudo sempre que os relatórios semestrais não forem aprovados pelo Conselho de Administração.

O valor da bolsa só será disponibilizado mediante a assinatura de um contrato.

3.2.4. Regulamento para as Carreiras dos Investigadores

Em Março de 2003 foi criado o Regulamento da Carreira Profissional da Área de Investigação para normalizar os procedimentos em relação ao pessoal a recrutar.

De acordo com o referido Regulamento a carreira de investigador tem as seguintes categorias: Investigador Estagiário, Investigador Assistente, Investigador Auxiliar, Investigador Principal e Investigador Coordenador.

O referido regulamento diz ainda que “ A vinculação profissional de qualquer pessoa ao Instituto, na área de investigação, é antecedida de um período probatório de 3 meses, findo o qual, havendo uma manifestação de vontade mútua de estabelecer um vínculo laboral duradouro, se estabelecerão as condições desse vínculo através de um contrato de prestação de serviços”.

O Regulamento irá também permitir a progressão na Carreira Profissional do pessoal recrutado.

3.2.5. Formação dos Investigadores do Cruzeiro do Sul

No prosseguimento da formação dos investigadores desta instituição foi feita a reciclagem em elaboração de tabelas e cruzamento de dados em SPSS. Foi também realizado um curso numa nova versão (11.5) do SPSS.